

2

Fundamentação Teórica

Neste capítulo, apresentamos os principais conceitos teóricos que dão suporte a esta pesquisa. Inicialmente desenhamos o cenário no qual se inscrevem os estudos sobre argumentação e discutimos o status paradoxal *objetivo/subjetivo* que percorre a literatura sobre o tema desde Aristóteles. A seguir, item 2.2, mostramos como as opiniões podem ser simultaneamente objetivas e subjetivas, a partir das discussões de Schiffrin (1990) e Shi-xu (2000). Pelo fato de a subjetividade no discurso ser tradicionalmente relacionada aos estudos que tratam de avaliação, mostramos no item 2.3 diferentes enfoques teóricos do fenômeno.

2.1

Argumentação e subjetividade

As teorias da argumentação têm uma longa história que pode ser traçada desde os escritos da Grécia Antiga, especialmente as obras de Aristóteles. Esses estudos, que foram se formando e ramificando durante mais de dois milênios, diversificaram-se de forma mais acentuada no século XX. É considerável a variação existente entre os tratamentos das distintas disciplinas que estudam o fenômeno (por exemplo, os estudos literários, a filosofia, a jurisprudência, a lógica ou a lingüística)³. Também dentro dos estudos da linguagem a diversidade teórica é inegável, além de haver importantes entrelaçamentos de uma disciplina com outra(s)⁴.

A tradição dos estudos argumentativos remonta a Aristóteles e à sua definição de *raciocínio*, a operação da razão, como *argumentação*⁵. Para o grande

³Toulmin (1972) sustenta que a teoria da argumentação é uma teoria que prescinde de uma disciplina, já que não existe um paradigma unificado para seu estudo.

⁴Nossa recapitulação não pretende ser exaustiva: a grande maioria dos estudos sobre as maneiras de persuadir ou convencer pertence a âmbitos bem distintos do nosso, e seria de pouca utilidade incluí-los aqui. Aos leitores em busca de uma historiografia das teorias da argumentação, remetemos às exposições de van Eemeren et al (1996), e, em forma mais condensada, a Cox e Willard (1982).

⁵“O raciocínio é um argumento em que, estabelecidas certas coisas, outras coisas se deduzem necessariamente das primeiras” (Aristóteles, 1978, p. 5).

pensador da Antiguidade, raciocinar é saber extrair conclusões de proposições estabelecidas pela linguagem. Em outros termos, é a partir da anatomia da forma lógica básica (ou modelo silogístico formal) de premissa e conclusão que é alicerçado todo tipo de raciocínio (ou de argumentação)⁶.

Aristóteles distingue dois modos básicos de raciocinar: a *demonstração analítica* (parte de premissas verdadeiras e é exclusivo da lógica); e a *argumentação dialética* (parte de premissas prováveis). O paralelo entre o silogismo analítico e o dialético é estabelecido por Aristóteles logo na introdução de *Tópicos* (1978): o primeiro se traduz numa demonstração fundada em proposições evidentes que conduz o pensamento à conclusão verdadeira, sobre cujo estudo se alicerça a lógica (ou “*raciocínio formal*”, nos termos de Toulmin (1958)); o outro se expressa através de um argumento sobre enunciados prováveis, dos quais se poderiam extrair conclusões apenas verossímeis, representando uma forma diversa de raciocinar. Evidentes, para Aristóteles, são as proposições que por si mesmas garantem a própria certeza, ao passo que prováveis são as que enunciam *opiniões* aceitas por todos, pela maioria ou pelos sábios.

A dicotomia proposta por Aristóteles entre argumentações que utilizavam silogismos formados por premissas absolutas que conduziam automaticamente a conclusões corretas e verdadeiras e argumentações que se valiam de entimemas, isto é, de raciocínios dedutivos baseados “em verosimilhança e indícios” (Aristóteles, 1998, p. 54), aponta para a distinção entre um campo mais objetivo da argumentação, sustentado por premissas lógicas, e outro campo, no qual é aceitável a alteração de uma linha argumentativa racional em favor de figuras poéticas ou de juízos morais para se conseguir adesão às teses do discurso, ou seja, um campo que engloba uma dimensão mais subjetiva da argumentação.

É dentro da noção dialética de raciocínio aristotélico que encontramos dois argumentos retóricos, propostos por Aristóteles como meios de persuasão, que nos parecem essencialmente subjetivos: os argumentos éticos e os patéticos. Os primeiros por envolverem o caráter moral (*ethos*) do locutor, cuja atuação inspira confiança (ou não) em seus ouvintes. Nessa perspectiva, os argumentos éticos projetam uma determinada imagem do orador no intuito de convencer a platéia.

⁶O plano estrutural do argumento pode ser descrito pelo clássico “*se F, então P*”, terminologia utilizada por Toulmin (1958). Nesse modelo, raciocinamos a partir de fatos (datum) ‘*F*’ e deles chegamos a conclusões ou proposições (claims) ‘*P*’ (Toulmin, 1958, p. 97-99).

Nos termos de Aristóteles (1988, p. 8), essa forma de argumentar deriva da condição social, dos hábitos e da moralidade. Isto é, o *ethos* da fala significa sua identificação com normas sociais que sustentam ou rejeitam suas falas. Desse modo, vemos que Aristóteles já apontava para a dimensão social das opiniões individuais ao relacionar *ethos* e normatização social. Além disso, o modelo aristoteliano não pensa a argumentação unicamente do ponto de vista do locutor, mas irá concebê-la como um jogo intersubjetivo entre orador e auditório, no qual o último é convencido a partir de uma identidade de valores e opiniões suas com as do orador. Aristóteles, ao basear sua descrição da retórica em situações bem definidas na sociedade, em que havia uma platéia a ser convencida de determinada idéia, não versava sobre o ideal, tendo em vista que o filósofo nota a importância dos elementos que contornam a situação concreta na qual é utilizada a retórica, que, nos termos atuais, poderiam denominar-se o locutor, o interlocutor e a mensagem ou tópico. Dessa forma, Aristóteles impôs em certa medida uma perspectiva descritiva ao seu estudo, ao mesmo tempo em que considerou também a situação comunicativa.

O outro argumento emocional proposto por Aristóteles diz respeito à produção de paixões (*pathos*) como alegria, aflição, amizade, ódio, etc. Nos termos de Aristóteles (1988, p. 10), as paixões alteram os juízos proferidos em relação ao mundo e, se o discurso (no nosso caso, a elocução) toca os sentimentos, cria-se um forte vínculo intersubjetivo centrado nos valores que são apresentados no discurso.

Em resumo, os conceitos aristotélicos apontam para a característica dúbia da argumentação – entre o objetivo e o subjetivo – ainda que o filósofo grego tenha optado por separar a dimensão analítica do discurso de suas dimensões morais e psicológicas e a tradição tenha priorizado a forma lógica clássica em que uma conclusão é deduzida de premissas, como no mais famoso exemplo de silogismo em que os dois primeiros termos são premissas que levam à conclusão “Sócrates é mortal”:

Exemplo (1)

Todos os homens são mortais.	Premissa maior
Sócrates é homem,	Premissa menor
(logo) Sócrates é mortal.	Conclusão

É digno de nota que as duas formas básicas de raciocinar propostas por Aristóteles não foram desenvolvidas, exploradas ou sequer consideradas na mesma medida pela literatura clássica. A dialética, relegada ao plano dos sofismas, identificada às técnicas de persuasão sem compromisso ético e aos discursos vazios de oradores hábeis em convencer a platéia quaisquer que fossem as teses, apenas recentemente alcançou o estatuto de seriedade e consistência concedido à sua irmã, a analítica⁷. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. xiii-xiv), a hegemonia do cristianismo ao longo dos últimos séculos e o advento do racionalismo científico no século XIX contribuíram para a hierarquização do raciocínio por demonstração analítica e o descarte do raciocínio dialético na tradição dos estudos sobre argumentação. De fato, embora tenha, no pensamento de Aristóteles, tanta importância quanto os silogismos analíticos, essa noção não mereceu igual atenção ao longo da trajetória da filosofia ocidental.

O modo de raciocinar por argumentação dialética se divide em duas vertentes: a *retórica* e a *dialética*. A primeira ocupa-se das formas de se criar adesão a uma opinião com o intuito de influenciar o ouvinte a agir (ou pelo menos torná-lo disposto à ação). A dialética, por outro lado, trata das formas de se chegar a um acordo, através da deliberação ou do debate.

Em uma análise retórica, são focalizados os aspectos do discurso que têm um efeito persuasivo sobre a audiência, ou seja, devido à ênfase na eficácia de técnicas discursivas que permitem “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 4), a retórica pode ser caracterizada como ‘orientada para a audiência’⁸. Em uma análise dialética, a reconstrução do discurso argumentativo centra naqueles aspectos que são relevantes para se assegurar um acordo de pontos de vista. Em outros termos, por enfatizar a função da argumentação na “resolução de diferenças de opinião” (van Eemren e Grootendorst, 1992, p. 13), a dialética pode ser caracterizada como ‘orientada para a resolução’. No nível empírico,

⁷Somente a partir da segunda metade do século vinte que a filosofia passa a prestigiar o modo dialético de raciocinar (cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. xiv).

⁸A maior parte dos estudos pós Aristóteles se dedicaram à arte da retórica. Ela nasceu como disciplina em resposta a determinadas circunstâncias históricas na sociedade grega antiga. Uma circunstância essencial era a cultura oral que caracterizava aquela sociedade – as decisões eram tomadas mediante interação verbal – e, em especial, o processo de decisão política, no qual intervinham muitas pessoas que teriam que ser convencidas para concretizar uma decisão. Surgiu, então, a necessidade de prescrever as técnicas persuasivas, que, a princípio, eram vistas apenas como tendo um maior ou menor grau de eficácia.

ambos os modelos descrevem o processo real de produção, identificando as partes que compõem o discurso argumentativo e os fatores que influenciam em seu resultado.

Recentemente vêm sendo desenvolvidas análises que procuram romper a dicotomia retórica *versus* dialética, considerando as duas vertentes do raciocínio aristotélico não como estanques, mas como modelos argumentativos intrinsecamente imbricados. O primeiro passo nesse sentido foi dado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que definem uma abordagem que pretende unir a dialética e a retórica. Nos termos desses autores, a aproximação das duas vertentes visa a enfatizar o fato de que “é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 6). Mas o rompimento definitivo com o caráter dicotômico da argumentação dialética emerge apenas em estudos mais recentes da lingüística, como, por exemplo, na teoria dialético-pragmática (van Eemren e Grootendorst, 1992; van Eemeren *et al.*, 1997), na abordagem sócio-cognitiva (Shi-xu, 1992) ou na perspectiva discursivo-interacional (Shiffrin, 1987, 1990). Essas abordagens consideram a aproximação da retórica à dialética, tendo em vista a análise de contextos retóricos em que, ainda que o interlocutor não esteja presente, ele pode ser pressuposto como uma platéia virtual pelo locutor⁹, isto é, “o texto argumentativo reflete a imagem de um autor como protagonista, mas também projeta a imagem de um antagonista ou de um interlocutor cético” (van Eemeren, 1997, p. 219).

Por outro lado, embora os estudos contemporâneos ampliem as noções aristotélicas e proponham a construção de modelos do discurso argumentativo a partir de dados empíricos (falados ou escritos), o conceito primário de argumentação proposto por Aristóteles permanece na edificação da estrutura argumentativa a partir da anatomia da forma lógica clássica de premissa e conclusão¹⁰. Para van Eemeren e Grootendorst (1992, p. 13), por exemplo, as elocuições apresentadas na argumentação são razões ou *argumentos* relativos a um

⁹É interessante observar que Bakhtin ([1979] 1997) já argumentara: “Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado” (p. 325), acrescentando ainda que, enquanto se elabora o enunciado, tende-se a presumir uma resposta e esta, por sua vez, influi no enunciado (o falante pode precaver-se das objeções que prevê, assinalar restrições, etc.).

¹⁰Remetemos ao exemplo 1 e às notas 3 e 4 desta introdução.

ponto de vista. No exemplo a seguir, extraído de van Eemeren e Grootendorst (1992, p. 14)¹¹:

Exemplo (2)

1. Mary: “Você não deveria contestar o fato de eu estar fumando”.
2. John: “Eu não estou certo disso”.
3. Mary: “Afinal de contas, eu não contesto o seu não fumar”.

em (1) e (2), há uma disputa entre Mary e John; em (3), Mary defende seu ponto de vista, formulado em (1). Nessa argumentação, (1) corresponde à conclusão do silogismo, a premissa maior é expressa em (3) e está implícita a premissa: não-fumantes podem ser tão censuráveis quanto fumantes.

Também Schiffrin (1987) realça a forma analítica de análise da argumentação. Por exemplo, no excerto (3), a seguir, extraído de Schiffrin (1987, p. 212), Zelda apresenta a posição de ser exigente em relação à educação de seus filhos, mas Irene contesta os esforços de Zelda quanto à disciplina, citando a liberalidade em relação à sua filha. Zelda, então, sustenta que ela era exigente com seus dois filhos mais velhos, mas que sua filha não requer a mesma disciplina.

Exemplo (3)¹²

- Zelda:
- a. nós tínhamos isso com os garotos
 - b. eles eram- quando eles começaram a dirigir, eles tinham doze anos
 - c. porque eles tinham que aprender para permitir=
 - d. =nós sempre falamos para os garotos
 - e. nós sempre enfatizamos que
 - f. porque eu fui mais exigente com os garotos do que com a Joann
 - g. eles necessitavam de disciplina

A posição de Zelda é “ela foi mais rigorosa com os filhos do sexo masculino”. Ela primeiro apresenta essa posição em (a), sustentando a reivindicação com um exemplo e uma razão embutida (b-c). Zelda então faz a reivindicação novamente (d-e) e apresenta a razão: os garotos requeriam disciplina (f-g).

Dentre os estudos interacionais descritivos, a metodologia analítica desenvolvida por Gille (2001) propõe nove categorias, ou tipos de movimentos argumentativos, os quais se dividem em quatro grupos básicos: as opiniões, as

¹¹Tradução nossa.

¹²Tradução nossa.

refutações, as sustentações e as concessões insuficientes. O fragmento (4), extraído do trabalho de Gille (2001, p. 87), exemplifica algumas dessas categorias¹³.

Exemplo (4)

1	M ^a JOSÉ: vamos tomar um café	OPIN
2	Magda: sim, por que não tomamos um café?	ACEP
3	M ^a JOSÉ: sim	ACEP
4	Magda: porque na Suécia temos um ca=	APOY
5	Maribel: =mas aqui é a X Europa	REFU
6	e a X Europa é diferente	APOY

A opinião inicial nesse fragmento, expressa por M^a JOSÉ na linha 1, é “deveríamos tomar um café”. Na linha 2, Magda aceita essa opinião, apoderando-se dela para adicionar informação nova, de forma a apoiar essa opinião, na linha 4. Na linha 5, Maribel discorda de Magda, opinando que a comparação feita não é válida e acrescentando informação de modo a apoiar sua refutação na linha 6.

A partir desses exemplos, observa-se que no nível analítico uma das questões centrais da literatura é como o discurso argumentativo pode ser reconstruído de tal forma que todos os seus aspectos estruturais relevantes sejam enfocados. Por outro lado, nesses sucessores contemporâneos de Aristóteles, a freqüente menção ao termo *opinião* – cuja noção teórico-científica reporta tradicionalmente a uma dimensão interna e subjetiva da linguagem¹⁴ – introduz a questão da subjetividade na argumentação. Por exemplo, dentre os seis passos propostos pelo clássico modelo argumentativo elaborado por Toulmin (1958) para aplicação na área jurídica, transcrito a seguir, a palavra *opinião* aparece tanto na *garantia* quanto na *conclusão* da estrutura.

- dado (D; corresponde ao argumento, ou apoio, utilizado em outros modelos);
- garantia (G; **opinião**¹⁵ geralmente aceita que garante passar do dado à conclusão – corresponde à premissa maior no silogismo clássico);
- apoio ou respaldo (A; constituído no modelo toulminiano por dados legislativos (leis, estatutos) que dão respaldo à garantia);

¹³Tradução nossa.

¹⁴A opinião tem sido considerada tradicionalmente um mecanismo interno e subjetivo – chamado algumas vezes *atitude* ou *crença de valor* (Allport, 1935; Eiser e van der Plicht, 1988).

¹⁵Grifo nosso.

- qualificativo (Q; modificadores tais como “provavelmente” ou “presumivelmente” que indicam o grau de probabilidade de que a conclusão suceda ao dado);
- réplica ou refutação (R; circunstâncias – expressas no padrão “a não ser que...” – que poderiam tornar ilegítimo passar do dado à conclusão);
- conclusão (C; a **opinião**¹⁶ ou afirmação que se quer mostrar ou justificar através da argumentação).

Também a perspectiva pragmático-dialética de van Eemeren e Grootendorst (1992, p. 13-14) cita o termo *opinião* em suas definições. Por exemplo, os autores se propõem a investigar a resolução de diferenças de *opinião* por meio do discurso argumentativo, acrescentando que pontos de vista podem expressar *opiniões* concernentes a fatos, idéias, ações ou atitudes, podendo estar relacionados tanto a assuntos simples quanto àqueles de extrema complexidade. Tratando a seqüência argumentativa como um texto discursivo que pode sempre ser relacionado como parte de uma discussão, real ou imaginada pelo falante, e na qual o falante reage a críticas que tenham sido ou possam ser apresentadas contra seu ponto de vista, os autores enfatizam que são suas funções que fazem argumentos e pontos de vista distinguir de outras elocuições, embora nenhum desses componentes possa ser a priori caracterizado por sua forma ou conteúdo. Em outros termos, ainda que um ponto de vista possa ser expresso vinculado a uma sustentação, a mesma elocução pode assumir diferentes funções. Por exemplo, “Capitalismo não tem futuro” pode ser um argumento em um texto discursivo no qual o ponto de vista defendido é que todas as organizações empresariais podem ser nacionalizadas, mas também pode funcionar como um ponto de vista em um texto discursivo no qual o argumento que está sendo colocado é que o capitalismo tem se provado incapaz de prevenir uma crise econômica. Em outros contextos a mesma elocução pode ser entendida como uma triste previsão, uma profecia esperançosa ou um aviso urgente (cf. van Eemren e Grootendorst, 1992, p. 14).

Entretanto, é na vertente discursivo-interacional de Schiffrin (1987) que encontramos mais particularmente referenciada a dimensão subjetiva do discurso

¹⁶Grifo nosso.

argumentativo, nomeadamente na definição do componente *posição*. Schiffrin (1987, p. 19) ressalta que, embora tendo na *idéia* (isto é, nas informações descritivas de situações, estados, eventos e ações no mundo) seu ponto chave, outra parte importante da posição é o *compromisso* do falante com aquela idéia. Segundo a autora, a demonstração mais simples de compromisso com a idéia dá-se através de uma asserção, ou seja, a reivindicação da verdade de uma proposição; em demonstrações mais complexas, o falante pode maximizar ou mitigar a força da proposição.

No presente trabalho, estamos interpretando o *compromisso* (Schiffrin, 1987) como envolvendo o *alinhamento* (cf. Goffman, 1981) que o falante assume em relação à produção e à recepção de enunciados. Ainda que entendendo *footing* e *alinhamento* como conceitos complexos que envolvem papéis discursivos (formatos de produção e de participação), tom (brincadeira, sério), alternância de código, papéis sociais, etc., optamos por trabalhar em nosso estudo com a *estrutura de participação* da fala, conceito desenvolvido por Goffman ([1979] 2002) cujas postulações incluem as complexas relações discursivas presentes nos formatos de produção (relativa ao falante) e de participação (relativa ao ouvinte), interessando-nos particularmente no presente trabalho a primeira noção proposta por Goffman ([1979] 2002). Neste trabalho, Goffman decompõe os tradicionais conceitos de falante e ouvinte, tratando do falante enquanto *figura*, *animador*, *autor* e/ou *responsável*¹⁷ pelas elocuições que produz. Segundo Goffman ([1979] 2002), os falantes podem empregar diferentes formatos de produção em relação a suas contribuições verbais, atuando como: a) *figura* – pessoa ou pessoas que são inseridas no discurso como personagens¹⁸; b) *animador* – apresenta-se como mero produtor de seqüências de palavras; c) *autor* – quando seleciona as palavras e os sentimentos que estão sendo expressos, enquanto expressões de fatos, opiniões ou crenças; d) *responsável* – é a pessoa cuja posição ou ponto de vista está sendo expresso na elocução, sendo que, nesse caso, trata-se de uma pessoa que possui um papel institucional socialmente referenciado.

Por outro lado, embora sejam ferramentas úteis em nossa análise, os conceitos de Goffman ([1979] 2002, 1981) não conseguem dar conta dos

¹⁷O termo usado por Goffman é “*principal*”. Traduzimos “*principal*” por responsável, seguindo a tradução de Ribeiro e Garcez (2002).

¹⁸Segundo Goffman ([1979] 2002, p. 137), *figura* é “*alguém que pertence ao universo sobre o qual se está falando, não ao universo no qual a fala ocorre*”.

pressupostos de Schiffrin (1987) quanto a demonstrações mais complexas, nas quais os falantes indicam sua adesão à verdade da idéia, restringindo ou intensificando o que dizem. Nesse caso, a autora parece estar se referindo à modificação de força das proposições, fenômeno sinalizado, por exemplo, pelas *pistas de contextualização* (Gumperz, [1982] 2002), noção que abrange marcas lingüísticas (alternância de código, de dialeto ou de estilo), paralingüísticas (pausas, hesitações, alongamentos, etc.), prosódicas (entoação, acento, tom) e/ou não-verbais (olhar, gestos, etc.), constituídas de vários (sub)sistemas de sinais culturalmente estabelecidos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais (cf. Gumperz, [1982] 2002, p. 149). Em outras palavras, além do reconhecimento do léxico, da sintaxe e das convenções que organizam as situações comunicativas, os participantes interpretam as ações uns dos outros a partir de sinalizações verbais e não verbais que orientam suas interpretações. Essas pistas podem então ser utilizadas pelos analistas para interpretar a maximização ou a minimização do que está sendo dito em uma interação.

A modificação de força também é tratada no âmbito da teoria *Appraisal*¹⁹. De acordo com Martin (1999, 2003), a *amplificação* pode modificar a força de uma proposição pela adição de elementos avaliativos ou pela intensificação ou minimização da avaliação²⁰. Parece-nos, então, que podemos relacionar a *amplificação* de que nos fala Martin (1999, 2003) às *pistas de contextualização* (Gumperz, [1982] 2002), já que estas sinalizam os recursos de modalização (ou de *amplificação*) de uma avaliação. Tendo em vista essa complementaridade, optamos por usar ambas as noções em nossa análise.

Uma outra noção da perspectiva *Appraisal* (White, 2003) propõe o conceito de recursos de *engajamento*, vistos como permitindo à voz textual variar as condições pelas quais ela se engaja com vozes e posições alternativas²¹. Quer dizer, pelo uso de itens tais como “possivelmente”, “é meu desejo que”, “naturalmente”, “com certeza”, “eu acredito”, a voz textual atua para reconhecer,

¹⁹A teoria *Appraisal* (Martin, 1999, 2003; White, 2003) será resenhada no item 2.3, quando apresentarmos os estudos que focalizam a avaliação no nível semântico.

²⁰Remetemos à figura 1, no item 2.3.

²¹Segundo White (2003), a funcionalidade desses recursos só pode ser explicada adequadamente quando são considerados fatores dialógicos. Observa-se aqui que, além de fundamentar-se na teoria *Appraisal* (Martin, 2000; White, 2001), o estudo de White (2003) embasa-se também na teoria bakhtiniana, pela qual o discurso é dialógico porque “*responde a algo, afirma algo, antecipa-se a possíveis respostas e objeções, busca apoio, e assim por diante*” (Bakhtin, 1995, p. 139).

se engajar e se alinhar (ou não) com respeito às posições alternativas a serem apresentadas no curso da interação (White, 2003, p. 2-3). O autor propõe especificamente quatro recursos de engajamento: i) rejeição (“disclaim”), em que a posição entra em conflito com, ou rejeita, alguma posição contrária; ii) exclusão (“proclaim”), que apresenta a proposição como altamente autorizável²²; iii) “entertain”, que invoca alternativas de diálogo, como em: “parece”, “talvez”, “provavelmente”, etc.; iv) atributo (“attribute”), que representa a proposição como fundamentada na subjetividade de uma voz externa (“X disse”, “na visão de X”, “há rumores de que”). Nesse caso, embora possamos estabelecer relações entre as noções de engajamento (White, 2003) e alinhamento (Goffman, 1981), até onde é do nosso conhecimento, apenas a teoria de Goffman (1981) trata da mudança de papéis.

Por outro lado, como dito anteriormente, já que a modificação de força sinalizada pelas *pistas de contextualização* (Gumperz, [1982], 2002)²³ não ser contemplada por Goffman ([1979] 2002, 1981) no conceito de *alinhamento* (Goffman, 1981), unimos essas duas noções em nossa pesquisa para formalizarmos o que estamos interpretando como *compromisso* (Schiffrin, 1987).

Schiffrin (1987) ainda identifica outra parte da posição, sua *representação*, em outros termos, o estilo adotado pelo falante para apresentar a idéia. A autora ressalta que as posições são frequentemente apresentadas verbalmente num estilo que Labov (1972) denomina *soapbox style*: o falante altera o tom de voz, aumentando o volume; mantém o turno por um longo período; e parece estar falando para uma platéia maior do que a que está na presença imediata dele. Para Schiffrin (1987), tampouco é surpresa que a representação de tais reivindicações não só pode revelar idéias, como também valores morais e reivindicações de competência e de caráter²⁴. Na análise do presente trabalho, essa terceira parte da *posição* será tratada também como integrante daquilo que Schiffrin denomina *compromisso*, visto que esse conceito engloba, a nosso ver, questões relativas a

²²Esse caso é ilustrado por White (2003) como vozes textuais que suprimem posições alternativas, como, por exemplo, em: “claro que”, “obviamente”, “a verdade do assunto é”, “X demonstrou que”, “X tem argumentado que”.

²³Lembramos que na interpretação do *compromisso* (Schiffrin, 1987), o conceito de *amplificação* (Martin, 2000) será usado como uma noção complementar às *pistas de contextualização* (Gumperz, [1982], 2002).

²⁴Goffman argumenta que todas as performances têm essa capacidade (Goffman, 1959).

estilo ou “tom”, se este componente é tratado como *alinhamento* (Goffman, 1981).

No que respeita à *disputa* em relação a uma posição, Schiffrin (1987) ressalta que os indivíduos podem orientar sua oposição para qualquer um (ou mais) de seus elementos: um desacordo pode estar centrado no conteúdo proposicional, em seu alinhamento, ou em implicações pessoais e morais do desempenho verbal. A autora cita Pomerantz (1984) para destacar que alguns desacordos são obscurecidos porque são apresentados indiretamente ou mitigados através de dispositivos de mitigação. Além disso, alguns podem ser definidos somente por referência a um esquema (conhecimento de mundo) que os falantes trazem para a interpretação do discurso – referência a uma informação que vai bem além dos significados de superfície do próprio texto. Em nossos dados, entretanto, não há uma *disputa* de pontos de vista entre os participantes da interação. Ao contrário, os entrevistados são encorajados a apresentar opiniões e sustentações, das quais os entrevistadores nunca discordam. Desse modo, nossa análise não focalizará esse constituinte do modelo proposto por Shiffrin (1987).

O componente final no modelo de Shiffrin (1987) é a *sustentação*. Nos termos dessa autora, um falante pode sustentar uma posição em qualquer nível em que ela pode ser disputada, explicando uma idéia ou justificando uma asserção. Para a autora, sustentação, em qualquer um desses níveis, pode ser classificada como diferentes atos de fala, isto é, a pessoa pode explicar, justificar, ou defender²⁵. Entretanto, a autora observa que nenhum desses atos de fala está restrito à argumentação: explicações, por exemplo, podem ser usadas para esclarecer; justificativas para se desculpar, e assim por diante. Cada um desses atos de fala, contudo, fornece informação através da qual o falante induz o ouvinte a tirar uma conclusão a respeito da aceitabilidade ou legitimidade/verossimilidade da posição. Schiffrin (1987, p. 20) enfatiza que o exame da sustentação em uma argumentação envolve não somente atos de fala, mas também relações inferenciais entre idéias, acrescentando ainda que, em muitas argumentações por ela examinadas, tanto o conteúdo da sustentação quanto a relação inferencial entre sustentação e posição são amplamente variáveis: formas de sustentação diferentes, como a exemplificação pessoal, a analogia, e o apelo à autoridade podem ser

²⁵Entendemos “defender” como o ato de *compromisso* que o locutor firma com a idéia, ou seja, o grau de adesão ou *alinhamento*, nos termos de Goffman (1981).

interpretadas como validando uma posição. Embora em trabalho posterior²⁶ a autora tenha ampliado a noção de argumentação apresentada em 1987, muitas dessas discussões constituem contribuições valiosas para o nosso estudo, principalmente os conceitos de *posição* e *sustentação*.

Também particularmente interessante nessa discussão é o traço [+/-postura] observado por Gille (2001) em padrões argumentativos de conversação espontânea entre falantes suecos e X europeus. Nos termos desse autor, “a tomada de uma postura positiva significa que o falante se responsabiliza pela opinião, se compromete com ela”²⁷ (Gille, 2001, p. 90). Nesse sentido, esse autor se aproxima das postulações de Shiffrin (1987) quanto ao *compromisso* que é assumido pelo locutor ao apresentar uma posição, e ambos contribuem para a percepção de outras dimensões da argumentação, nomeadamente seu aspecto subjetivo e avaliativo. Também a definição de van Eemeren *et al.* (1996, p. 3) alude ao *compromisso* que o falante assume ao defender um ponto de vista:

“For an utterance to count as the expression of a standpoint, it is crucial that the person involved may be considered to have taken position for or against a certain proposition about the subject of discourse.”²⁸

A dimensão subjetiva da argumentação é também referenciada por Shiffrin (1990) em trabalho que investiga a fala argumentativa da classe média judia dos EUA²⁹. Nesse estudo, Shiffrin (1990) argumenta que normas co-operativas podem ser sustentadas durante o curso inteiro de uma argumentação. A autora revê, dessa forma, posição tomada em Shiffrin (1987), quando definira argumentação como “um discurso através do qual os falantes sustentam posições contrárias” (p. 18), conforme resenhado anteriormente neste item. Em 1990, ela ressalta que os argumentos podem ter outros significados culturais além “conflito”, podendo ser interacionalmente motivados por outros fins do que negociação e resolução de

²⁶O trabalho de Shiffrin (1990) que amplia o conceito de argumentação será apresentado mais a seguir, ainda neste item.

²⁷Tal definição de postura aproxima-se bastante da noção de *alinhamento* e de estrutura de participação (Goffman, [1979] 2002), particularmente o conceito de *responsável/principal*.

²⁸“Para que uma elocução conte como expressão de um ponto de vista, é crucial que a pessoa envolvida possa ser considerada como assumindo uma postura pró ou contra uma determinada proposição em relação ao tópico do discurso” (Tradução nossa).

²⁹Embora focalize contexto argumentativo – apresentação de pontos de vista opostos no que respeita ao casamento entre judeus e não judeus – o trabalho de Schiffirin (1990) contempla as *opiniões* desse segmento social. Por isso será discutido no próximo item, quando apresentarmos investigações que tratam do estudo das opiniões.

desacordos (Shiffrin, 1990, p. 256). A autora exemplifica esse tipo de argumentação, citando trabalho anterior (Schiffrin, 1984) no qual que ela descreve como judeus americanos usam argumentos como um meio de sociabilidade³⁰ (cf. Simmel, 1961, *apud* Shiffrin, 1990, p. 256). Fundamentada no conceito de Simmel (op. cit.), Schiffrin (1984) assinala uma função para a argumentação sociável – a ratificação dos argumentos – e reivindica que esse tipo de argumentação é aquele em que os participantes se engajam na defesa de suas próprias causas, mais do que para resolver questões ostensivas de desacordo (cf. Shiffrin, 1984, p. 331), aspecto que também pode ser observado na fala dos informantes desta investigação.

Mas é no trabalho de 1990 que Shiffrin assinala o aspecto avaliativo da argumentação nas opiniões, ao definir opinião como uma “posição avaliativa interna de um indivíduo sobre uma circunstância” (Shiffrin, 1990, p. 244). Dessa forma, distingue argumentações mais objetivas de *opiniões* subjetivas.

Também o modelo proposto por Shi-xu (1992), em estudo sócio-cognitivo com dados de opiniões em entrevistas, sinaliza para a dimensão subjetiva e avaliativa do discurso argumentativo. O esquema analítico apresentado pelo autor é constituído por três componentes:

(S) *Standpoint / ponto de vista* – composto por uma proposição que expressa um fato (*thesis / tese*) e outra proposição que expressa a postura em relação a essa proposição (*position / posição*);

(D) *Datum / Sustentação* – consiste de uma proposição que expressa evidência, acordo, ou algum outro tipo de sustentação, que tenha relação semântica e lógica com aspectos de S;

(W) *Warrant / Justificação* – constituída por proposições que atuam como um tipo de princípio para ação; tal qual um princípio que habilita D a defender S; embora a justificação possa ter realizações variadas, todas podem ser dadas como uma formulação heurística, tal como: ‘Se p, então q’.

³⁰As postulações de Shiffrin (1984; 1990) constituem extensões do conceito de sociabilidade de Simmel (1961, *apud* Shiffrin, 1984, p. 331), pelo qual a sociabilidade “em sua forma pura, não tem objetivo, conteúdo nem resultados além de si mesma”.

A partir de tais componentes, Shi-xu (1992) sugere três categorias semânticas relacionadas a representações sociais: a categoria *S* (*posição*), por expressar uma proposição pessoal que não está ainda estabelecida ou partilhada, reflete uma *opinião* originada em um modelo (*model opinion*). Já o componente *D* (*sustentação*), que expressa uma crença aceitável ou partilhada (mas pessoal); corresponde a uma crença social *atitudinal* se ela é partilhada entre os membros do grupo, ou a uma crença em um modelo (*model belief*) se ela é pessoal. A menção à avaliação ocorre na descrição de *W* (*justificação*), que, segundo o autor, transmite uma crença ideológica, por expressar uma moral partilhada ou aceitável, uma ação avaliativa pela qual algum valor ou norma sócio-cultural é adotado (cf. Shi-xu, 1992, p. 274).

A partir do que vimos discutindo, percebemos em todos esses estudos a imbricação da subjetividade à argumentação: primeiramente, através dos argumentos emocionais éticos e patéticos de Aristóteles (1988); depois, pela recorrente menção ao termo *opinião* (Toulmin, 1958; van Eemeren e Grootendorst, 1992; Gille, 2001) e pela própria definição de Schiffrin (1990)³¹. Também o conceito de *compromisso* (Schiffrin, 1987) incluído na categoria *posição* nos remete à subjetividade no discurso argumentativo, que é compreendida ainda a partir da percepção de atitudes e ideologias (Shi-xu, 1992).

Por outro lado, ainda que a literatura contemporânea contemple de alguma forma a dimensão subjetiva da argumentação, não há uma posição claramente definida pelos autores quanto ao fenômeno. O consenso parece residir no fato de que os estudos argumentativos sempre estiveram de uma forma ou de outra relacionados ao arcabouço teórico que tem como foco as *opiniões*.

Portanto, como a subjetividade no discurso tem sido tradicionalmente investigada por estudos ligados ao discurso de opinião, consideramos relevante esboçarmos um breve quadro teórico de trabalhos que tratam das opiniões, focalizando algumas perspectivas e assinalando os pontos de interseção dessas abordagens com nossa pesquisa.

³¹Conforme referenciado acima, (Schiffrin, 1990, p. 244) define opinião como uma “posição avaliativa interna de um indivíduo sobre uma circunstância”.

2.2

Opinião e subjetividade e objetividade

A filosofia ortodoxa tem considerado opinião com uma crença mental e subjetiva em oposição a um fato objetivo (Habermas, 1991; Weddle, 1988, *apud* Shi-xu, 2000, p. 268). Embasada nessa tradição intelectual, nos tempos modernos, a noção científico-cognitivo-psicológica trata opinião como um mecanismo cognitivo (algumas vezes chamado “atitude” ou “crença de valor”) que influencia o comportamento (Eiser e Van der Plicht, 1988, *apud* Shi-xu, 2000, p. 268). Essa idéia tem sido aplicada também na análise sociolingüística: como objetos subjetivos e mentais, opiniões são vistas como expressas através de estruturas lingüísticas (van Dick, 1997, p. 17).

Por outro lado, como visto no item anterior, certas formas de análise discursiva assumem uma posição agnóstica em relação ao pensamento “interno” e focam em expressões lingüísticas “externas” de opiniões (*stand-points*, cf. van Eemeren e Grootendorst, 1992; *positions*, cf. Schiffrin, 1987; *claims*, cf. Schiffrin, 1990). À luz desses estudos, a opinião é considerada uma questão de disputa – real ou pressuposta – a ser resolvida por meio da argumentação. As elocuições apresentadas nessa argumentação são razões ou, como van Eemeren *et al* (1992) preferem chamar, *argumentos* relativos a um *stand-point*. Esses autores mostram que, embora ocorram indicações inequívocas, na apresentação verbal, de que estamos diante de um *stand-point* – por exemplo, “In my opinion”, “I think”, “My conclusion”, “In short” (cf. van Eemeren *et al*, 1992, p. 23) – muitas vezes não há necessidade de se explicitar um *stand-point* para que ele seja reconhecido como tal. Schiffrin (1990, p. 24) também cita algumas pistas metalingüísticas (por ex., “my opinion is”), ou o uso de verbos (por ex., “I think”, “it seems”), embora enfatize não haver sempre um critério lingüístico absoluto para diferenciar opiniões de outras deClarações. Nos termos de van Eemeren *et al* (1992), “o contexto fornecerá o plano da significação” (p. 23).

A dualidade subjetivo/objetivo das opiniões é explorada particularmente por Shiffrin (1990), em trabalho que investiga a fala argumentativa da classe

média judia dos EUA. Além de sua definição de opinião (Shiffrin, 1990, p. 244)³², a autora distingue entre *opinião* – que implica incerteza a respeito das circunstâncias enfocadas – e *posição* – que possui um caráter mais objetivo. Segundo a autora, isso explica, por exemplo, por que nós entendemos *esta flor é bonita* como uma opinião mais do que *esta flor é vermelha*: o estado de “beleza” tem um baixo grau de certeza – por que ele é menos aberto para verificação objetiva – do que o estado de “vermelho” (cf. Shiffrin, 1990, p. 245). Nesse sentido, Shiffrin (1990) parece retomar a clássica dicotomia do pensamento aristotélico sobre argumentação demonstrativa e não demonstrativa, pela qual há argumentações passíveis de serem verificadas através de dados factuais (*position*, segundo Shiffrin, 1987) e outras que constituem lugar de subjetividade (*opinion*, segundo Shiffrin, 1990).

Neste estudo, a autora discute a elocução “Esta é a minha opinião”, dita em uma situação de argumentar cotidiano. A autora observa que, ao apresentar uma opinião sobre um mundo externo, os indivíduos são normalmente compreendidos como assumindo o papel de *responsável* (cf. Goffman, [1979] 2002). Ou seja, há a compreensão implícita de que o que é dito é a posição do falante, e que o falante é comprometido com suas palavras, e acredita no que é dito. Segundo Shiffrin (1990, p. 245), o que as opiniões fazem é modificar essa compreensão implícita sobre o compromisso do falante com as palavras. Isso porque há duas formas de interpretar tais opiniões: i) elas mitigam o compromisso do falante, como se este tivesse dito *esta é minha opinião; eu não estou assegurando*; ii) elas intensificam o compromisso do falante, como se o falante tivesse dito *esta é minha opinião; eu não me importo com o que os outros pensam*. Essas duas interpretações são alinhamentos subjetivos radicalmente diferentes a respeito do que é dito. A mudança do compromisso em uma direção mitigadora ou intensificadora é uma modificação na exibição do falante como responsável – aquele aspecto do *self* através do qual o compromisso é assumido para ser exposto. Em outras palavras, as opiniões propõem um alinhamento subjetivo novo para uma proposição, havendo, então, uma modificação no *footing*, que envolve não apenas o *principal*, mas também o aspecto do *self* referente ao *autor* (Goffman, [1979] 2002). Assim, quando opiniões mitigam o compromisso

³²Como citado na introdução do presente trabalho, a autora define opinião como uma “posição avaliativa interna de um indivíduo sobre uma circunstância” (Shiffrin, 1990, p. 244).

do falante para uma posição, é o *principal* que manifesta a atenuação do compromisso em relação aos fatos colocados pelo *autor*; similarmente, quando opiniões intensificam o compromisso do falante para uma posição, é o principal que manifesta o compromisso extra para os fatos colocados pelo autor.

De acordo com Schiffrin (1990), por mudar o status de participação da fala (Goffman, 1981), as opiniões podem ser usadas para negociar verdade e sinceridade em argumentação. Sua apresentação na fala exibe um status de participação no qual o *responsável* modifica o compromisso de um *autor* em relação a uma proposição. Essa mudança em *footing* cria um sacrifício parcial da reivindicação de verdade para a reivindicação de sinceridade: os fatos apresentados pelo autor são contestáveis, mas a posição do principal em relação à proposição não pode disputada. Quer dizer, a opinião tem uma característica dúbia: nela convive ao mesmo tempo a verdade sobre fatos objetivos (que pode ser contestada) e a sinceridade (ou subjetividade) do falante. Nesse sentido, ao considerar que a opinião permite ao falante se proteger da verdade dos fatos, focando em sua própria postura em relação ao que está sendo dito, Schiffrin (1990) aponta para o papel paradoxal das opiniões na argumentação, i.e., suas dimensões objetiva e subjetiva.

Nesse mesmo texto, Schiffrin (1990) mostra também que narrativas conjugadas a opiniões são usadas em argumentação para negociar a verdade de uma posição e a sinceridade de um falante. No entanto, essas duas atividades atuam de diferentes formas: as opiniões sacrificam a verdade absoluta de uma posição em favor da sinceridade do falante; e as narrativas orientam-se tanto para a verdade quanto para a sinceridade da posição. Ou seja, o recontar da experiência pode ser usado para sustentar uma opinião ao mesmo tempo objetiva e subjetivamente, já que permite ao falante jogar com fatos que são enquadrados dentro de uma realidade reportada de modo a contextualizar sua própria posição.

Também o estudo sócio-construcionista de Shi-xu (2000) sugere que a opinião pode ser sustentada por uma representação objetiva, que é interpretada como uma posição para os fatos³³. Segundo Shi-xu (2000, p. 283), esse discurso

³³Shi-xu (1997) mostrou que as opiniões subjetivas que alcançam factualidade através da invocação textual de suposições culturalmente compartilhadas constituem um tipo de estratégia argumentativa que pressupõe conceitos culturais próprios de alguém como base para a redefinição do outro cultural.

objetivo frequentemente será avaliativo e pode contar como “discurso atitudinal”, isto é, refletindo o julgamento moral de alguém.

Nos dados do autor, os fatos, descritos e/ou narrados, atuam na argumentação como um *frame* interpretativo para a opinião em questão, sendo as opiniões amparadas na *coletividade cultural* como base de realidade. Ela é usada, portanto, para tornar os fatos perceptíveis em termos de sua aparência como opiniões por um lado e a natureza de seus campos de factualidade por outro (Shi-xu, 2000, p. 269). Nesse caso, quando fatos da realidade social são usados para sustentar opiniões, os significados subjetivo e objetivo se tornam fundidos.

Especificamente, Shi-xu (2000) propõe, como uma definição de trabalho, que opinião é um tipo distinto, ou uma dimensão mais precisa, do discurso no qual indivíduos ou grupos apresentam uma crença pessoal, mental e subjetiva. Nos termos do autor, tal processo construído em – e um componente significativo da – interação discursiva, caracteriza o “discurso de opinião”, ou discurso opinativo. A perspectiva discursiva para opinião, como os trabalhos de (Shi-xu, 1997, 2000) assumem, tem importantes implicações teóricas e críticas. Por um lado, minam a visão psicológica de opinião, e de mente em geral, mostrando como opiniões tomam forma e funcionam em contexto de vida social e cultural. Por outro lado, isso revela o dilema social e dinâmico de sustentar e dar opiniões. Tornando transparente a união entre opiniões e fatos no discurso, por exemplo, (Shi-xu, 2000) não apenas acentua a natureza social das opiniões, mas também destaca a natureza dúbia da objetividade do opinante. Em outros termos, os estudos do autor revelam as relações entre indivíduo e opiniões sociais no discurso, ampliando nossa consciência das forças sociais, culturais e institucionais por trás da fala opinativa³⁴.

Com o excerto a seguir, extraído de nossos dados, podemos mostrar como a realidade social pode sustentar opiniões subjetivas: a opinião de que não há comunicação no setor de X setor da SERV é sustentada experencialmente, baseada em um conhecimento de background cultural e subjetivo que o

³⁴Shi-xu (2000) argumenta ainda que o discurso de opinião difere das reivindicações factuais encontradas em argumentação, que são significativamente sustentações de representações objetivas (cf. van Eemeren e Grootendorst, 1992; Schiffrin, 1990), por ser *pessoal e individual*. Isto é, a opinião é apresentada pelo opinante como sendo própria, separada e diferente (individual ou institucional) de outras opiniões e, frequentemente, ela não é vista como influenciando outros, mas tolerando opiniões diferentes.

entrevistado traz à tona no intuito de mostrar evidências que comprovem a reivindicação de que a organização hierárquica da empresa prejudica as relações sociais no setor de X setor, onde Gil é líder de projeto. Nesse sentido, o entrevistado responsabiliza indiretamente a cultura hierárquica do europeu pela não-comunicação dentro de seu setor de trabalho.

Exemplo (5)

- 1 Gil o de hoje eu acho que >não existe nenhuma comunicação-<
 °e:ntro do X seto::r°, dos...
 >porque aqui nós< temos- anh... o chefe de serviço, que é
 o chefe imediato, o gere::nte, e depois vem o direto::r...
 5 que a gente num tem ace::sso nunca↑ (3) >a um diretor é
 muito raro<
 → °porque° o europeu é muito hierarquiza:do↑ e eles- (1.8)
 >fazem questão de manter< essas °dis-distâncias° entendeu↑
 ago:ra dentro do X seto::r no:: onde eu trabalho...
 10 >eu acho que não existe comunicação< de NA:da

A sustentação apresentada pelo entrevistado na linha 7 constitui uma justificação causal baseada na percepção cultural a respeito dos estrangeiros: “o europeu é muito hierarquizado”. Essa informação subjetiva é apresentada como fato objetivo através de uma generalização – “o europeu” –, sendo complementada por experiência: “e eles fazem questão de manter essas distâncias” (l. 8). Entretanto, esses elementos subjetivos são organizados contextualmente de tal forma que também correspondam à realidade externa. As pistas contextuais para efetuar essa transformação são de dois tipos: i) há uma generalização sobre os europeus, ativada pelo uso do determinante em “o europeu” (l. 7); ii) há uma experiência de conduta da empresa, na linha 8, que é fornecida aqui como prova, ou evidência factual, para a sustentação do caráter hierárquico da cultura europeia. No fecho dessa seqüência argumentativa, a opinião é re-introduzida, reafirmando e enfatizando a reivindicação anterior do entrevistado: “dentro da X setor, no- onde eu trabalho, eu acho que não existe comunicação de nada” (l. 9-10). Essas sustentações que se apóiam em bases objetivas, no sentido de expressar conceitos culturais (e/ou sociais) subjetivos mostram, então, que o discurso de opinião pode ser singular ou único, mas encontra-se imbricado de forma complexa em outros discursos sociais.

Embora as pesquisas que vêm focalizando opiniões as tenham identificado em contextos de conflito de opiniões imaginado ou real – tais como a análise de

Schiffrin (1985) sobre argumentos retóricos e de oposição, mostrando que opiniões são usadas para representar opiniões alternativas ou motivadas por oposição a outras opiniões, ou o estudo de Billig (1991), demonstrando que opiniões não são apenas argumentativamente orientadas, mas também conectadas com ideologias – opiniões podem ser embutidas em acordos também. Por exemplo, Shi-xu (2000) ilustra em sua análise como opiniões de indivíduos particulares, grupos, ou instituições, têm importância social e servem a propósitos ideológicos, embasando-se em vozes de consentimento ou de autoritarismo por oposição a outras. Além disso, opiniões podem ser também mediadas por outras vozes de forma que produzam efeitos desejáveis. Nesse caso, os opinantes podem ser não apenas indivíduos, mas também grupos, instituições, ou ainda tradições culturais.

Shi-xu (2000) acrescenta ainda que, se opiniões são frequentemente oferecidas como propriedades individuais, então o discurso de opinião pode ser associado à identidade do *self*. Em outras palavras, o discurso de opinião pode ser usado de forma que apresente personalidades particulares ou características do opinante. Nesse sentido, opinião é um dispositivo retórico dos falantes e escritores empregado na linguagem e interação social. Do ponto de vista do opinante como uma pessoa, portanto, pode-se dizer que ele ou ela é reflexivo sobre (ou atento a) ele mesmo ou ela mesma quando dão opinião.

O autor também argumenta que, embora estudos lingüísticos sugiram que opiniões são frequentemente veiculados por expressões formais, tais como “eu penso... eu acho.... eu sou da opinião que... minha opinião é...” e outros (cf. van Dijk, 1997), do ponto de vista discursivo, contudo, tais formas lingüísticas não são sempre necessárias. Contextos de certos tipos de escrita, entrevista, ou de comunicação de massa podem deflagrar opiniões e outros tipos de mecanismos lingüísticos e textuais podem ser usados para o mesmo propósito.

Em suma, essa breve revisão bibliográfica de trabalhos que focalizam a fala opinativa nos faz perceber que as opiniões possuem muitas propriedades paradoxais que ainda requerem pesquisa empírica e atenção crítica.

Por outro lado, no que tange à subjetividade, embora sejam muitas as vertentes de análise, todas elas compartilham a noção de que a argumentação está ligada à palavra *opinião* e esta, por sua vez, encontra-se intrinsecamente relacionada à subjetividade e à avaliação, seja expressando atitudes, sentimentos

ou pontos de vista sobre coisas, eventos e/ou comportamentos humanos. Além do mais, como mostramos no item 2.1, seja na definição (Toulmin, 1958; Schiffrin, 1987; van Eemeren e Grootendorst, 1992; Gille, 2001), seja na sustentação através dos argumentos emocionais, seja pela percepção de atitudes e ideologias (Shi-xu, 1994, 2000), a argumentação sempre esteve imbricada à avaliação.

Assim, se há consenso sobre o fato de que tanto na argumentação quanto na opinião há uma dimensão subjetiva e avaliativa, precisamos compreender melhor essas formas de subjetividade. Nesse sentido, o quadro teórico a seguir procura abarcar os diferentes olhares sobre a avaliação no âmbito da lingüística contemporânea, na tentativa de interligá-los à nossa investigação.

2.3

Avaliação

Por constituir a pedra basilar sobre a qual se edifica grande parte das teorias que tratam do tema e por sua noção de *point* da narrativa servir de base teórica para nos indicar o *point* da argumentação na fala opinativa aqui investigada, apresentamos primeiramente neste item o estudo de Labov (1972).

A avaliação, segundo Labov (1972), é um dos elementos estruturais da narrativa e tem por finalidade informar sobre a carga dramática ou o clima emocional da situação, eventos e protagonistas. O autor desenvolveu o conceito de avaliação enquanto estudava a fala de afro-americanos no bairro do Harlem, em New York, tentando identificar o modo como pré-adolescentes, adolescentes e adultos faziam uso de habilidades verbais para avaliar suas próprias experiências. Labov (1972) gravou narrativas orais nas quais os informantes falaram espontaneamente, ou com a ajuda de pequenos encorajamentos do entrevistador, sobre experiências pessoais ou eventos do passado. Ao analisar essas narrativas, ele identificou um importante elemento do discurso – ao qual denominou *avaliação da narrativa* – amplamente relacionado ao modo pelo qual o orador embeleza a própria narrativa para torná-la mais interessante. Nesse estudo, Labov (1972) desenvolveu um modelo para representar os elementos estruturais do tipo de narrativa que ele

analisara, identificando seis constituintes³⁵: o *resumo*, que sumariza o que vai ser narrado; a *orientação*, que estabelece quem, onde, quando, o porquê e o quê; a *ação complicadora*, que corresponde à pergunta “e então, o que aconteceu?”; a *avaliação*, que indica por que a história está sendo contada; a *resolução*, que corresponde à pergunta “e finalmente, o que aconteceu?”; e a *coda*, que sinaliza um retorno ao presente (p. 363). Desses, a avaliação constitui, nos termos de Labov (1972, p. 366), a razão de ser da narrativa, o meio pelo qual o narrador indica por que a história é contável, e possibilita ao narrador enfatizar mais determinados eventos do que outros, aumentando sua influência no desenrolar da narrativa. Ou seja, a avaliação tem por finalidade informar ao ouvinte o *point* (cf. Labov, 1972, p. 366) do narrador em relação à história por ele narrada.

No esquema estrutural proposto por Labov (1972), a avaliação constitui uma estrutura secundária que está concentrada na seção de avaliação, mas que também pode ser encontrada sob várias formas através da narrativa (p. 369). Para Labov (1972), qualquer elemento que reflita a perspectiva do narrador e a interpretação subjetiva dos eventos narrados pode ser considerado como um elemento avaliativo do texto. O autor indica dois tipos básicos de avaliação: i) avaliação externa – o narrador interrompe a narrativa, vira-se para o ouvinte e lhe comunica qual o seu ponto de vista sobre o evento narrado; ii) avaliação encaixada – o narrador encaixa a avaliação na narrativa, preservando assim sua continuidade dramática. Esse segundo tipo de avaliação corresponde ao uso do discurso direto na narrativa, podendo o narrador utilizar pelo menos três estratégias: pode fazer sua própria observação sobre o evento, pode citar o que ele falou para uma segunda pessoa, ou pode introduzir uma terceira pessoa que avalia os eventos para ele. Dois outros recursos avaliativos podem ser também usados pelo narrador no encaixamento estrutural da narrativa: i) ação avaliativa – o narrador descreve a o que as pessoas fizeram ao invés de o que elas disseram; ii) elementos avaliativos – o narrador faz uso de recursos discursivos que indicam o *point* da história. De acordo com Labov (1972), esses elementos avaliativos podem ocorrer nas seções de avaliação ou nos outros constituintes da narrativa, podendo ser: a) intensificadores, tais como as repetições, os quantificadores e a fonologia expressiva; b) comparadores, por meio dos comparativos propriamente

³⁵Segundo Labov (1972), esses elementos da estrutura da narrativa são optativos, com exceção da *ação complicadora*, que é o único elemento obrigatório.

ditos, dos futuros, dos modais e do imperativo; c) correlativos, sendo os mais comuns os progressivos, os apostos e os adjetivos duplos; d) explicativos: a explicação de várias complicações inerentes à situação da narrativa geralmente tem uma função avaliativa.

Reconhecendo o valor e a abrangência do trabalho de Labov (1972), principalmente nos estudos das narrativas – lócus mais profícuo de investigações lingüísticas sobre avaliação –, o interesse pelo fenômeno tem feito emergir investigações que ampliam os aspectos abordados por Labov (1972) e tratam da avaliação sob outras perspectivas.

Por exemplo, Goodwin (1987) mostra que os participantes de uma interação podem exibir avaliações através de fenômenos não-segmentais, tais como a entonação, os alongamentos, as ênfases ou as sobreposições nos trechos em que há uma avaliação. O trabalho dessa autora mostra que a prosódia constitui o principal recurso para exibir avaliação. Nessa mesma perspectiva, Goodwin (2003) aponta para o uso de *gatilhos*³⁶ que anunciam ao interlocutor que aquilo sobre o que se está falando constitui um item avaliável. Tais marcas ocorrem como pausas e alongamentos de vogais imediatamente precedentes a adjetivos avaliativos, sendo que, quando não há o uso de gatilhos, Goodwin (2003) descreve olhares e gestos como outras práticas interativas capazes de serem inferidas pelo interlocutor como marcas de avaliação.

Em relação ao léxico, além dos elementos avaliativos já identificados por Labov (1972)³⁷, Hunston e Thompson (1999, p. 14) consideram que há palavras claramente avaliativas, a saber: i) adjetivos (esplêndido, terrível, difícil, surpreendente, importante); ii) advérbios (felizmente, sinceramente, indubitavelmente); iii) nomes (sucesso, falha, tragédia); iv) verbos (falhar, vencer). Os autores alertam, contudo, que, embora esses itens sejam usados para descrever pessoas, coisas ou situações de forma a aprová-las ou a desaprová-las, os diferentes valores avaliativos associados a eles podem ser complexos e não acessíveis à intuição do analista, necessitando haver um conhecimento de background que possibilite os *insights* sobre a força avaliativa desses itens

³⁶No original, *signposts* (cf. Goodwin, 2003).

³⁷Remetemos ao início deste item, quando resenhamos, a partir de Labov (1972), os elementos avaliativos que podem ocorrer nas seções de avaliação ou nos outros constituintes da narrativa, tais como intensificadores, quantificadores, comparadores, adjetivos, etc.

lexicais em contextos específicos. Nesse sentido, esses autores reconhecem que apenas marcas lingüísticas não possibilitam a interpretação.

No tocante aos adjetivos, Neves (2003, p. 189) considera que eles expressam avaliação psicológica³⁸, por exprimirem propriedades que definem o substantivo na sua relação com o falante. Mais especificamente, a autora distingue quatro tipos de adjetivos que expressam propriedades intensionais: de qualidade, de quantidade, de autenticação e de relativização. No primeiro, temos o eufórico (indicação para o positivo), o disfórico (indicação para o negativo) e o neutro. No segundo, temos aqueles que indicam dimensão ou medida (pequeno, numeroso); intensificação (intenso, profundo.); atenuação (relativo a); definição do estado de coisas (demorada, lenta, brusca). No terceiro, temos a qualificação do substantivo como legítima (autêntico massacre, verdadeiro estado de purificação); e, no quarto, a aplicabilidade relativa do substantivo (texto aproximado, relativo contentamento).

Biber e Finegan (1989), por sua vez, fornecem uma lista de “marcadores de posição”, definindo-os como “expressões gramaticais e lexicais de atitudes, sentimentos, julgamentos, ou de compromisso relativo ao conteúdo de proposicional de uma mensagem” (p. 93). Esses marcadores compreendem itens lexicais de determinadas classes de palavras, bem como de outras categorias, nomeadamente: advérbios, adjetivos e verbos indicando afeto, certeza e dúvida; *hedges* (linguagem vaga, por exemplo, “tipo de”); enfáticos (por exemplo, “sem dúvida”, “realmente”); e modais indicando possibilidade, necessidade e predição.

Não são apenas Biber e Finegan (1989) que relacionam avaliação à modalidade. Por exemplo, dentre os quatro sinais de avaliação apontados por Fairclough (2003, p. 171), o segundo deles refere-se ao nível modal do discurso: i) deClarações avaliativas (“Saddam é um governante horrível”); ii) deClarações com modalidade deôntica (“Saddam tem que sair”); iii) deClarações com processos verbais mentais e afetivos (“Nós não confiamos em Saddam”); iv) assunções avaliativas (“O regime de Saddam é antidemocrático”, com a presunção de que o regime democrático é bom.). Nessa última categoria, a avaliação é inferida a partir de valores partilhados entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

³⁸Segundo Neves (2000, p. 189), esta avaliação pode ser na direção da coisa nomeada para o falante (fantástico, impressionante) ou na direção do falante para a coisa nomeada (sincera, indiferente).

Também Hunston e Thompson (1999, p. 21) ressaltam o papel dos verbos modais na expressão de opiniões, considerando-os marcadores de subjetividade que sinalizam a avaliação do locutor.

A avaliação também tem sido estudada no âmbito da sintaxe funcionalista, mormente através dos trabalhos de Nogueira (1999) e Dias (2006) que a identificam nas construções apositivas. Percebida por Nogueira (1999) como uma função textual-discursiva da aposição em textos do português contemporâneo escrito, a avaliação foi recentemente identificada em construções apositivas de dados da fala por Dias (2006). A partir do modelo *Appraisal* (White, 2003)³⁹, Dias (2006) mostra que as *pequenas cláusulas*⁴⁰, nos dados por ela investigados⁴¹, representam geralmente uma *avaliação atitudinal* com função de *apreciação*, apresentando-se formalmente como uma oração constituída de predicado nominal ou de um substantivo que denota uma avaliação do locutor. A autora mostra dois tipos de unidades apositivas imediatamente subseqüentes às pequenas cláusulas: uma poderá constituir-se de uma continuação da avaliação projetada na unidade base, ou seja, predicados nominais e adjetivos denotadores de emoção; a outra poderá constituir-se de uma série de argumentos que servem para convencer o interlocutor a participar da avaliação explicitada pelo locutor na pequena cláusula.

No campo da semântica, a teoria *Appraisal* (Martin, 1999, 2003; White, 2003) representa uma hodierna perspectiva que se propõe a investigar a forma como a linguagem é usada para avaliar, adotar posições, construir personagens textuais e para manejar posicionamentos e relações interpessoais (White, 2003, p. 1). Essa abordagem é aqui referenciada por nos possibilitar identificar as formas pelas quais os indivíduos expressam seus sentimentos e opiniões ou como adotam posições de valor determinadas socialmente, contribuindo para a análise empreendida nos capítulos que mostram nossos resultados⁴². A teoria *Appraisal* (Martin, 1999, 2003; White, 2003) considera que a avaliação não é produzida somente pelo emprego de certas palavras ou expressões, mas pela interação de

³⁹A perspectiva *Appraisal* (Martin, 1999, 2003; White, 2003), referenciada brevemente no item 2.1, será apresentada particularmente logo a seguir neste item.

⁴⁰Dias (2006) denomina “pequenas cláusulas” as construções apositivas que se realizam, normalmente, com verbo de ligação mais adjetivo avaliativo (“a teoria é simples”, “uma coisa é certa”), ou somente com substantivo ou adjetivo avaliativo (“conclusão”, “e pior”).

⁴¹Os dados de Dias (2006) e fazem parte do acervo de audiências de conciliação do PROCON que pertencem ao projeto coordenado pela Profa. Dra. Sonia Bittencourt Silveira na UFJF.

⁴²Remetemos aos capítulos 4, 5 e 6.

múltiplos elementos, podendo se manifestar de forma implícita – por meio de pressuposições – ou explícita – a partir de marcas lingüísticas – (cf. White, 2003, p. 2).

A teoria *Appraisal* propõe três categorias de avaliação: *afeto*, *juízo* e *apreciação*. A categoria *afeto* constrói emoção, colocando em primeiro plano os sentimentos do falante; a categoria *juízo* refere-se a atitudes sobre caráter, e é projetada para ratificar ou reprovar comportamentos, centrando nas implicações morais e sociais das ações dos indivíduos; a categoria *apreciação* diz respeito ao desempenho (performance) e aos atributos associados a uma entidade (Martin, 2003, p. 173).

Segundo White (2003), no *afeto*, temos a avaliação da emoção do escritor ou falante em relação a pessoas, fatos, acontecimentos ou estado de coisas (itens lingüísticos: verbos de emoção, advérbios de modo, adjetivos e nominalizações de emoção), envolvendo como o escritor/falante responde emocionalmente a uma certa situação ou como o escritor é a fonte da emoção através da qual a avaliação se manifesta e com a qual ele se compromete ou ainda como as emoções de outras pessoas são manifestas pelo escritor.

No *juízo*, White (2003) considera a avaliação do comportamento humano em relação a normas éticas ou a regras e convenções de comportamento, tendo como ponto de referência o sistema de normas sociais. São considerados o peso do valor social (sistemas de (i) moralidade, (i) legalidade e (não) polidez) e o peso de outros valores, tais como o religioso, o convencional, o tradicional e o excêntrico, bem como a (in) competência e a disposição psicológica. Para White (2003), o *juízo* pode estar explícito ou implícito e diz respeito a críticas, elogios, aplausos ou condenação de comportamento de indivíduos ou grupos.

Na *apreciação*, encontramos a avaliação da forma, aparência, composição e impacto dos artefatos humanos, bem como do próprio indivíduo, sendo o valor mais óbvio da apreciação a antiestética, com a avaliação negativa de objetos de entidades.

Segundo White (2003), o valor de *afeto* mostra a responsabilidade do autor, a importância de seu posicionamento avaliativo na construção e modelagem de seu texto. No *juízo* e na *apreciação*, a subjetividade envolvida dos participantes é muito menos diretamente representada e muito mais depreendida do contexto.

Ainda que não utilizemos tais categorias em nossa análise, elas são descritas aqui por fundamentarem o estudo de Dias (2006) sobre “pequenas cláusulas” avaliativas, fenômeno que ocorre em algumas opiniões de nossos informantes, como será ilustrado no item 5.2.1.

Em relação aos estudos semânticos, além da teoria *Appraisal*, investigações no âmbito da lingüística cognitiva têm relacionado avaliação à noção de metáfora conceptual (cf. Lakoff e Johnson, [1980] 2002). Nesse texto clássico, os autores argumentam que nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual nós pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza⁴³. Para dar uma idéia de como um conceito pode ser metafórico, Lakoff e Johnson ([1980] 2002, p. 46-47) exemplificam com a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA⁴⁴. Essa metáfora está presente em nossa linguagem cotidiana em muitas expressões, por exemplo: “seus argumentos são *indefensáveis*”, “suas críticas foram *direto ao alvo*”, “jamais *ganhei* uma discussão com ele”, etc. Mas Lakoff e Johnson argumentam que não somente *falamos* sobre discussão em termos de guerra. Podemos realmente ganhar ou perder uma discussão e vemos as pessoas com quem discutimos como adversários. Isto é, muitas das coisas que *fazemos* numa discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra. É nesse sentido que os autores argumentam que DISCUSSÃO É GUERRA é uma metáfora que vivemos na nossa cultura e estrutura as ações que realizamos em uma discussão. Em outras palavras, o termo metáfora conceptual (ou conceito metafórico) refere-se àqueles conceitos organizados metaforicamente que podem ser encontrados em expressões lingüísticas da fala cotidiana e que, em geral, não são reconhecidos como metáforas.

O exemplo acima representa, então, uma *metáfora estrutural* (cf. Lakoff e Johnson, [1980] 2002), caso no qual um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro. Mas há outro tipo de conceito metafórico que, ao contrário, organiza todo um sistema de conceitos em relação a um outro, nomeado *metáfora*

⁴³Lakoff e Johnson ([1980] 2002) consideram que a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não apenas na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Em outras palavras, metáfora não é meramente um recurso da imaginação poética ou um ornamento retórico, mas é parte da fala da vida cotidiana e afeta a forma como sentimos, pensamos e agimos.

⁴⁴Lakoff e Johnson ([1980] 2002) adotam como estratégia representar as metáforas conceptuais em letras maiúsculas.

orientacional, já que tal noção relaciona-se a orientações espaciais do tipo: para cima – para baixo; dentro – fora; central – periférico⁴⁵.

Ampliando essas noções, Lakoff (1993, p. 205) argumenta em trabalho posterior que “tão logo nos distanciemos da experiência concreta e comecemos a falar de abstrações e emoções, a compreensão metafórica é a norma”. Em estudo um pouco mais recente, Lakoff (1996) acrescenta e acentua que as metáforas não apenas contribuem para que as pessoas construam sentido de situações complexas, mas também para que elas descrevam, prescrevam e avaliem comportamentos.

Seguindo o mesmo percurso teórico de Lakoff e Johnson ([1980] 2002; Lakoff, 1993, 1996), pesquisas lingüísticas desenvolvidas principalmente em dados de discursos políticos mostram que as metáforas constituem recursos pragmáticos pelos quais os políticos veiculam suas ideologias, despertam emoções e manipulam pensamentos (Kitis e Milapides, 1997, *apud* Cher-Leng, 2005, p. 140). Esses estudos demonstram que metáforas são ferramentas nas mãos dos políticos para pintar um quadro que eles gostariam que sua audiência visse (cf. Cher-Leng, 2005, p. 140). Ainda dentro dessa discussão do uso de metáforas na política, Wilson (1990, p. 104) afirma que “em geral, metáforas contribuem para explicar argumentos políticos complexos, reduzindo tais argumentos a uma forma metafórica”. Analisando textos políticos relacionados ao retorno de Hong Kong para a China, Cher-Leng (2005) mostra como uma mesma metáfora pode ser usada como veículo para argumentos contraditórios. Dessa forma, no nível semântico, as metáforas (cf. Lakoff e Johnson, [1980] 2002) parecem atuar tanto na argumentação quanto na avaliação, questões fundamentais em nossa investigação.

A avaliação também aparece ligada ao arcabouço teórico da Análise da Conversa (Jefferson, 1974; Schegloff *et al.*, 1977; Schegloff, 1979, 1992; Levinson, 1983), na investigação de Arminen (1996) sobre os auto-reparos que ocorrem nas narrativas orais de membros dos Alcoólicos Anônimos (AA). Nessa situação de fala, Arminen (1996) demonstra como os reparos⁴⁶ resultam da tentativa de recompor uma identidade relevante no contexto interacional em

⁴⁵Por exemplo, FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO.

⁴⁶É a partir da definição de Schegloff *et al.* (1977, p. 363) sobre o fenômeno do reparo como “um mecanismo conversacional pelo qual um falante interrompe a seqüência de fala para lidar com problemas de escuta, produção e compreensão da fala” que Arminen (1996) investiga os procedimentos de auto-reparo empregados na reformulação de enunciados problemáticos por membros do AA.

questão: quando reparam suas falas, os membros do AA orientam-se no sentido de se alinharem mais com aquilo que é, em suas opiniões, apropriado para aquela ocasião. Dentre os tipos de auto-reparos observados pela autora, destacamos aqui aqueles onde a operação de reparar a fala pode ser interpretada como a avaliação de um evento enunciado anteriormente. Nesse caso, os reparos substituem descrições ‘mais subjetivas’ por descrições ‘mais factuais’. Essa organização total – uma versão hiperbólica + correção mais atenuada – faz a primeira versão ser escutada como uma explicação emocional, não realista e subjetiva em contraste com a explicação exterior, factual e objetiva dada a seguir. Assim, esses reparos marcam claramente a orientação dual do falante tanto para os sentimentos pessoais, íntimos e imaginários quanto para a realidade social, normativa e construída intersubjetivamente (Arminen, 1996, p. 474). A autora enfatiza que, embora tenha caracterizado a versão corretiva como ‘mais objetiva’, isso não significa que ela tenha ‘maior valor de liberdade’. Ao contrário, essas correções apontam para a normatividade da construção social da realidade.

Arminen (1996) relaciona esse tipo de reparo à estrutura das narrativas e mostra que eles não são apenas extensões sequencialmente apropriadas de um segmento anterior, mas fornecem “condensações avaliativas” sobre um evento previamente narrado (p. 474-5). Esse aspecto avaliativo dos auto-reparos também será considerado por nosso estudo. Nos dados de Arminen (1996), tais reparos são encaixados em narrativas que conduzem a um momento dramático, que é então apresentado pelo ponto de vista do *principal* (Goffman, 1981). Conseqüentemente, eles invocam estados emocionais com os quais os interlocutores podem se identificar e, dessa forma, atuam como uma estratégia para partilhar experiências emocionais. Segundo a autora, além de constituírem técnicas hábeis para tornar visíveis os sentimentos e estados internos do narrador, esses reparos fornecem avaliações intensivas do ponto de vista do *principal* da história.

Essa breve revisão bibliográfica que vimos empreendendo até aqui nos aponta marcas lingüísticas características da avaliação. Por outro lado, outros autores se divorciam do sistema e percebem o fenômeno avaliativo relacionado ao social e a questões de identidade. Por exemplo, para Hunston e Thompson (1999), a avaliação possui a função precípua de expressar a opinião do falante ou escritor, fazendo refletir o valor daquela pessoa em sua comunidade. Os autores

argumentam que a mais óbvia função da avaliação é mostrar ao interlocutor o que o locutor pensa ou sente sobre algo. Hunston e Thompson (1999, p. 6) ressaltam, contudo, que identificar “o que o locutor pensa” nos mostra mais do que apenas as idéias de uma pessoa. Em outros termos, toda avaliação expressa um sistema comum de valores e toda avaliação contribui para a construção desse sistema de valores, que, por sua vez, é um componente da ideologia subjacente a todo texto. Para Hunston e Thompson (1999), portanto, identificar o que o falante ou escritor pensa revela a ideologia da sociedade que produziu o texto.

Embora adotando uma perspectiva teórico-metodológica diversa, trabalho anterior de Linde (1997) sobre a função da avaliação na prática social já procurara incluir em um mesmo nível de análise da avaliação a organização das estruturas lingüísticas e a interação social. Considerando avaliação como “qualquer situação em que um falante indica o significado ou valor social de uma pessoa, coisa, evento ou relação social”, Linde (1997, p. 152) critica as categorias propostas por Labov (1972) que focam mais na natureza avaliativa da forma do que no falante como um avaliador, sugerindo que elas devem ser exploradas ainda no sentido de investigar as relações com a prática social. Linde (1997) expande a definição de Labov (1972)⁴⁷, afirmando que há duas dimensões da avaliação: referência à reportabilidade e referência às normas sociais. A noção de reportabilidade faz uso de normas de previsão dos eventos, contrastando eventos que podem ser esperados e eventos extraordinários, tal como já apontado por Labov (1972, p. 366): “eventos completamente esperados não podem formar a base de uma narrativa, pois esta deve ser contável, isto é, deve referenciar algo extraordinário”. A outra dimensão de avaliação na estrutura da narrativa diz respeito às normas sociais: comentários de ordem moral ou demonstrações de como o mundo é, de como o mundo deveria ser, o que é um comportamento apropriado, que tipo de pessoas o falante e o ouvinte são (Linde, 1997, p. 153). De acordo com a autora, essa é uma forma particular de julgamento normativo sobre o tipo de comportamento social a ser esperado de uma boa pessoa. Linde (1997, p. 153) acrescenta ainda que avaliações desse tipo constituem o coração da narrativa, tendo em vista que narrativas orais tratam muito mais da concordância sobre o significado moral de uma série de ações do que de um simples relato dessas ações.

⁴⁷“Avaliação é o meio usado pelo narrador para indicar o ponto da narrativa” (Labov, 1972, p. 366).

O estudo de Linde (1997, p. 153-154) distingue três níveis de avaliação: *avaliações incidentais*, *avaliações no nível tópico* e *avaliações no nível do constituinte*. As avaliações incidentais são pequenas avaliações feitas de passagem, atuando no nível da sentença ou em um nível mais baixo (Linde, 1997, p. 154). Nos termos de Labov (1972), essas avaliações constituem as avaliações externas.

A avaliação no nível tópico também é relevante para a discussão de nosso trabalho. Isso porque, nos termos de Linde (1997, p. 154), esse tipo de avaliação é encontrado em casos onde o propósito do discurso é chegar a uma avaliação (por exemplo, no trabalho de Linde (1997): uma avaliação da qualidade de um novo item tecnológico; em nosso estudo: uma avaliação da comunicação em uma empresa). Tais avaliações representam uma negociação real, focada no valor e nas ações apropriadas a serem tomadas. Linde (1997) adverte que esse nível de avaliação tem a forma discursiva de argumentação, embora estudos sobre estruturas argumentativas não a tenham definido como tal⁴⁸.

Trabalhando com dados de situações em que as pessoas estão aprendendo a usar uma nova tecnologia, Linde (1997) ainda demonstra como o ato de avaliar envolve a caracterização não somente daquilo que está sendo avaliado, mas também da pessoa que está fazendo a avaliação. Tomar uma posição avaliativa em relação a uma nova tecnologia – reivindicar que gosta, não gosta, ser capaz de aprendê-la ou não – ativa questões de identidade. Em resumo, dizendo o que gosta ou não gosta, o falante diz o que ele é (p. 169).

Por fim, as avaliações no nível do constituinte ocorrem como um componente estrutural de uma unidade discursiva, por exemplo, o ponto de uma história ou o resultado de um diagnóstico de quem ou o que falhou e seu escopo pode incluir todo o discurso (Linde, 1997, p. 154). A autora critica o fato de que, dentro da análise do discurso, as avaliações em nível incidental e em nível de constituinte – duas noções distintas – têm sido enlaçadas na discussão das narrativas, resultando numa descrição estrutural anômala da avaliação (Linde, 1997, p. 154). Segundo a autora, a anomalia estrutural é que, diferentemente de todos os outros componentes da estrutura narrativa, a avaliação não possui nem

⁴⁸Linde (1997, p. 154-5) cita os estudos de Goguen *et al.* (1983), Shiffrin (1984), Grimshaw (1990) e Linde e Goguen (1978) como análises de discursos argumentativos que têm essa característica.

uma forma nem uma localização específica em relação aos outros componentes. Ela pode aparecer em qualquer lugar da narrativa e pode ser realizada em qualquer nível da estrutura lingüística: sentencial, frasal, lexical, fonológica e paralingüística, etc. Linde (1997) propõe separar os dois níveis de avaliação, eliminando a anomalia, já que o nível de avaliação incidental é pervasivo, enquanto a avaliação no nível do constituinte pode ser localizada como um constituinte discursivo dentro de uma unidade discursiva (p. 155).

Esse aspecto da avaliação também é observado no discurso por Wenger (1994) e Gryner (2000) em dados de opiniões pessoais. Uma característica distinta das opiniões investigadas por Wegman (1994) é o fato de que elas combinam três tipos de declarações: (i) preferencial, (ii) avaliativa e (iii) factual. O excerto a seguir, extraído de Wegman (1994, p. 288) ilustra a análise da autora.

Exemplo (6)

- (1) Eu sou contra a energia nuclear.
- (2) A energia nuclear é perigosa.
- (3) Lembre-se de Chernobyl.

A autora argumenta que, apesar de na estrutura argumentativa a declaração avaliativa (2) ocupar um nóculo intermediário, ela é, na verdade, a conclusão de um processo inferencial à luz de certos fatos que são fornecidos pela declaração factual (3). Por exemplo, uma pessoa, ao declarar (1) “eu sou contra a energia nuclear”, pode justificar sua posição pelo argumento (2) “a energia nuclear é perigosa”. Contudo, tal julgamento avaliativo não será a premissa final na qual sua posição está baseada. Ela será, na verdade, a conclusão de um processo inferencial com o qual a pessoa apela para certos fatos, por exemplo: (3) “Lembre-se de Chernobyl”⁴⁹.

Portanto, a análise de Wegman (1994) mostra que, ainda que a declaração avaliativa ocupe o nóculo intermediário da estrutura arbórea da argumentação, no esquema argumentativo subjacente as declarações (i) e (iii) constituem uma argumentação para a justificação do julgamento avaliativo (ii). Em outras palavras, baseando-se em um modelo silogístico, Wegman (1994, p. 291) demonstra que a declaração avaliativa constitui, na verdade, uma conclusão a

⁴⁹Exemplo extraído de Wegman (1994, p. 288).

partir dos fatos que são apresentados na declaração factual. Tal esquema silogístico – “Se X (provavelmente) conduz a U e Y tem (muitas) conseqüências danosas, então X é perigoso” – é exemplificado da seguinte forma: a pessoa que quer argumentar que algo (X) é perigoso, recorrerá a uma regra de avaliação específica estipulando que fatos sobre (X) garantem a avaliação ‘perigoso’. Uma vez estabelecido que esses fatos são realmente o caso, a conclusão ‘X é perigoso’ é justificada.

Nos dados de Gryner (2000), ao contrário, a avaliação ocorre como um constituinte independente, atuando mais como uma coda que ocorre no fim da seqüência argumentativa, expressando a atitude do locutor e vem indicada formalmente por expressões de emoção e avaliação, como em “Aí eu fico com raiva”, exemplo extraído de Gryner (2000, p. 102-103). A autora observa que, tal como nas narrativas (Labov, 1972), este componente é caracterizado pela mudança de perspectiva do locutor e vem indicado formalmente por expressões de emoção e avaliação (Gryner, 2000, p. 102).

A presença da oração condicional foi o critério utilizado por Gryner para selecionar as seqüências argumentativas de um *corpus* obtido em entrevistas com 16 informantes cariocas. Ela argumenta que a produção de enunciados condicionais coincide com os pontos conversacionais em que, explícita ou implicitamente, surge uma posição controversa. Gryner (2000) ressalta também que esses enunciados, assim como as posições controversas, ocorrem em contextos que favorecem o desenvolvimento da argumentação. A autora acrescenta que essas marcas argumentativas, favorecidas principalmente por temas polêmicos, co-ocorrem ainda com outras marcas, tais como as expressões modais, os atos de fala, o discurso citado, o sujeito genérico, certos marcadores discursivos, a entoação dubitativa ou a expressão facial e/ou gestual questionadora (Gryner 2000, p. 99).

A autora propõe a formulação de uma estrutura argumentativa básica, a partir do enfoque qualitativo desenvolvido por Labov e Waletzky (1967) para identificação dos constituintes da estrutura narrativa, fundamentando-se também nas postulações de Schiffrin (1987). A seguir, transcrevemos o esquema argumentativo de Gryner (2000, p. 100), tal como explicitado pela autora.

<p style="text-align: center;">POSIÇÃO (<i>ponto de vista</i>) (Asserção básica sustentada pelo locutor)</p> <p>(1a) Saúde é um direito que aqui não existe.</p>
<p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO / EXPLICAÇÃO (Explicitação das causas e razões da posição defendida pelo locutor)</p> <p>(1b) (1b) Quer dizer... ela é uma mercadoria que você compra. Você tem ou não tem pra pagar.</p>
<p style="text-align: center;">SUSTENTAÇÃO (evidência que sustenta a posição do locutor)</p> <p>a- Evidência formal (especificação) (Apresentação de aspectos particulares e/ou alternativos da posição)</p> <p>(1c) Se você não tiver, você tem que se virar.</p> <p>b- Evidência empírica (exemplificação) (Ilustração da posição através de fatos concretos).</p> <p>(1d) [Por exemplo, se] Fica doente, cura sozinho ..., morre na fila, ou... vai prum hospital e é maltratado pacas</p>
<p style="text-align: center;">CONCLUSÃO (Fecho da argumentação, confirmação da posição defendida pelo locutor com base nas provas apresentadas)</p> <p>(1e) Eu acho que em termos de saúde a gente não tem nada.</p>
<p style="text-align: center;">AVALIAÇÃO (CODA) (“Moral” da história, asserção que expressa a atitude do locutor)</p> <p>(1f) [É horrível]</p>

Figura 1: Categorias constituintes e suas funções

Gryner (2000) observa que essas categorias constituintes apresentam-se em constante mutação. Por exemplo, embora a posição e a coda ocupem lugares fixos, há uma grande variação na ordem e hierarquização das outras categorias na seqüência argumentativa. Além disso, os constituintes podem assumir mais de uma função, bem como categorias de conteúdo distinto podem assumir função idêntica.

Essa visão dinâmica da argumentação, bem como o modelo sugerido por Gryner (2000)⁵⁰, aliado à estrutura proposta por Schiffrin (1987)⁵¹, constituirão a base teórico-metodológica para o estudo das seqüências argumentativas investigadas no presente trabalho.

No capítulo seguinte, descrevemos sucintamente o tipo de pesquisa que empreendemos e dedicamos especial atenção ao lócus de nosso estudo: traçamos o cenário a partir da qual foram gerados os dados que investigamos e descrevemos os informantes selecionados para compor nosso *corpus*. Também abordamos trabalhos que se ocupam da atividade de fala entrevista, bem como descrevemos os procedimentos metodológicos e as unidades de análise que utilizamos em nosso estudo.

⁵⁰Conforme Figura 1.

⁵¹Remetemos às discussões de Schiffrin (1987) sobre os componentes da argumentação apresentadas no item 2.1.